

Experiências democráticas locais: a proposta alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

KELLEN CRISTINA DE ABREU
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

ALINE DA CUNHA MIRANDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

JOYCE APARECIDA BARBOSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

JOSÉ DE ARIMATÉIA DIAS VALADÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos à CAPES e à FAPEMIG pela oportunidade de nos dedicarmos à pesquisa e ao conhecimento, buscando promover e participar de discussões importantes para o desenvolvimento da sociedade e da ciência.

EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS LOCAIS: A PROPOSTA ALTERNATIVA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST)

INTRODUÇÃO

A produção de alimentos e o acesso à terra no Brasil tem uma história conflituosa. “O contexto rural [...] é caracterizado por uma distribuição altamente desigual de terras” (Delgado, 2010, p. 565, livre tradução). A Constituição Federal de 1988 proporcionou algum avanço nessa questão ao propor como direito fundamental o acesso à terra e à alimentação e também ao apresentar as previsões de função social da propriedade, desapropriação para reforma agrária e reconhecimento de terras indígenas e quilombolas (Brasil, 1988). Contudo a reforma agrária nunca foi feita e o reconhecimento de terras indígenas e quilombolas está imerso em profundos conflitos políticos.

O MST emergiu como um movimento social ativo e influente na década de 1980, durante um período de crescente mobilização dos trabalhadores rurais e camponeses sem-terra no Brasil. Atualmente, o MST “é considerado um dos maiores movimentos camponeses do mundo” (Borsato; Carmo, 2014, p. 646), se destacando como “um dos movimentos sociais mais organizados, dinâmicos e influentes da América Latina” (Karriem, 2009, p. 316, livre tradução; Delgado, 2010; Vergara-Camus, 2009).

No cenário nacional, seu papel como movimento social “tem sido fundamental na luta de centenas de milhares de famílias brasileiras pobres para obter acesso à terra e a um padrão de vida digno por meio de ocupações de terras” (Vergara-Camus, 2009, p. 173, livre tradução).

Nesse contexto, este trabalho é um artigo teórico que tem como objetivo explorar como o MST influencia as políticas públicas ao negociar diretamente com o Estado. Além disso, buscamos compreender como o Movimento molda as mudanças sociais por meio da organização de seus acampamentos e assentamentos, incluindo o planejamento do trabalho e da educação conforme as necessidades e os valores das famílias camponesas. As bases teóricas foram desenvolvidas a partir da identificação de temas relevantes da literatura sobre a relação do MST com as políticas públicas e com a ocupação e uso da terra. A partir das reflexões apontadas pelos estudos realizados nessa área de discussão, pretendemos aqui defender a ideia de que o MST é um modelo de sociedade horizontal, coletivo e alternativo, mas que está inserido no sistema de mercados e dialoga constantemente com ele.

SOCIOTERRITORIALIDADE E VALOR DE USO DA TERRA

Apesar de a Constituição Federal de 1988 parecer dar um passo em direção à reforma agrária, não houve uma efetiva concretização de políticas ou leis infraconstitucionais para garantir sua implementação. Isso implica em uma falta de ação prática e em obstáculos que impedem a realização plena das propostas relacionadas à reforma agrária. “Ainda há muitas pessoas no país que demandam acesso à terra” (Wilkinson; Reydon; Di Sabbato, 2012, p. 418, livre tradução).

Nesse cenário, a atuação dos movimentos sociais, incluindo o MST, “[...] assumiu a forma de uma luta territorial das comunidades para reivindicar o seu direito de acesso aos ‘comuns’, bem como de uma luta contra os impactos destrutivos do capitalismo extrativo [...]” (Veltmeyer, 2017, p. 53-54, livre tradução, grifo nosso).

A partir dessa ideia, apresentamos dois pontos: primeiro, o MST como movimento

socioterritorial (Fernandes, 1999, 2005, 2008, 2022; Fabrini, 2002; Vergara-Camus, 2014; Leite, Novak, Faustino, 2021; Jorge; Machado, 2023); e, segundo, a terra como direito de subsistência (Branford; Rocha, 2004; Vergara-Camus, 2009).

Começamos pela atribuição do adjetivo **socioterritorial** ao Movimento. O conceito de território é fundamental para a compreensão das ações e dos objetivos de alguns movimentos sociais, bem como das relações espaciais e territoriais que surgem a partir dessas ações. O geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes (1999, 2005, 2008, 2022 e outras publicações) trabalhou nas últimas décadas com o conceito de socioterritorialidade nos movimentos sociais. Segundo ele, “no campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território” (Fernandes, 2005, p. 32, grifo nosso).

Nesse sentido, “a luta pela terra é uma luta não apenas pelos meios de produção e reprodução, mas também pelo controle de uma área geográfica específica sobre a qual outros tipos de relações sociais e políticas podem se desenvolver” (Vergara-Camus, 2014, p. 171, livre tradução).

O MST opera mediante ações concretas no território, por meio das ocupações e das alterações das dinâmicas sociais em áreas específicas, promovendo transformações através da ativa reivindicação desses espaços (Fernandes, 1999, 2005, 2022). Em razão disso, ele pode ser definido como um movimento socioterritorial que busca não apenas a reivindicação desses territórios, mas, e, sobretudo, transformações sociais nos espaços ocupados (Fernandes, 2005, 2022; Fabrini, 2002).

Nos territórios sob sua ocupação, ocorre uma reorganização de princípios sociais, com foco na coletividade, na valorização da terra como princípio e meio de subsistência, e na relativa independência do mercado (Vergara-Camus, 2014). Isso significa que “[...] o território é sua razão de ser, é seu objetivo final e o meio estratégico de sua luta, ou seja, por meio das ocupações de terra (processo de territorialização), o Movimento se apropria do espaço e constrói seus territórios” (Jorge; Machado, 2023, p. 443).

No que concerne ao segundo aspecto, que envolve **a terra como direito fundamental para a subsistência**, este tema assume um papel central na atuação do MST, estando intimamente relacionado à questão da socioterritorialidade discutida nos parágrafos anteriores.

A terra como direito de subsistência é central para o MST porque ela proporciona às famílias assentadas a autossuficiência alimentar, significando que elas não dependem “de dinheiro para cobrir essa necessidade fundamental” (Vergara-Camus, 2009, p. 183, livre tradução). Consequentemente, isso possibilita “bloquear a monetarização das necessidades de subsistência e, portanto, a total mercantilização das relações sociais” (Vergara-Camus, 2009, p. 183, livre tradução). Em outras palavras, o “acesso à terra ajuda a mitigar os efeitos do mercado” (Vergara-Camus, 2009, p. 183, livre tradução), proporcionando maior segurança em tempos de crise (Vergara-Camus, 2014).

“Desde o seu nascimento, há 40 anos, o MST continuou a se territorializar, produzindo sua própria existência” (Fernandes, 2022, p. 1, livre tradução). Ao considerar a terra como um direito e não como uma mercadoria, o MST viabiliza em seus assentamentos um modelo alternativo de produção de alimentos e, mais que isso, um modelo alternativo de sociedade. Explicaremos isso melhor na próxima seção.

UM MODELO ALTERNATIVO IMERSO NO MODELO HEGEMÔNICO

A expropriação da terra, a concentração dos meios de produção e a expulsão de milhares de pessoas do campo, deixando-as em condições precárias de vida, foram os catalisadores que

motivaram a formação do MST (Leite; Novak; Faustino, 2021, p. 11). Em razão disso, o MST tem apresentado uma proposta para além, tão somente, da reforma agrária.

Por ser um movimento socioterritorial, conforme discutido anteriormente, o MST proporciona a desmercadorização da alimentação por meio da produção para consumo, protegendo as famílias do mercado e da necessidade de dinheiro para subsistência. A partir dessa lógica, é possível compreender que o Movimento é “claramente antineoliberal e contém elementos de anticapitalismo” (Vergara-Camus, 2014, p. 169, livre tradução).

Apesar disso, as famílias assentadas necessitam do mercado para comprar insumos agrícolas, roupas, utensílios etc., ou seja, as práticas não capitalistas destas comunidades por si só não são suficientes para garantir sua independência total do mercado (Vergara-Camus, 2014). Isso leva “os membros do Movimento a enfrentarem o imperativo de ter de se envolverem em relações de mercado para encontrar trabalho complementar ou vender os seus produtos” (Vergara-Camus, 2014, p. 169, livre tradução).

Nessa perspectiva, as famílias camponesas assentadas não são totalmente independentes do sistema de mercados. Além disso, o Movimento “tem relacionamentos contínuos com vários atores locais, nacionais e internacionais” (Vergara-Camus, 2009, p. 179, livre tradução), incluindo programas de auxílio financeiro do Estado, doações internacionais de ONGs e outras articulações. No entanto, destacamos que a forma como o MST é capaz de determinar ou negociar o tipo de intervenção externa nos seus acampamentos e assentamentos é o suficiente para ser considerado um movimento relativamente autônomo (Vergara-Camus, 2009; Diniz; Gilbert, 2013; Fabrini, 2002; Fernandes, 2022).

A partir da necessidade de obter itens no mercado, o MST se engaja em uma **dupla relação com a terra** e com o que é produzido nela. Por um lado, a terra possui valor de uso, porque permite a produção de alimentos para subsistência (VERGARA-CAMUS, 2014). Por outro lado, concomitantemente, a terra possui valor de troca, “que pode ser usado para comprar produtos no mercado” (Vergara-Camus, 2014, p. 173, livre tradução).

O valor de troca é extraído por meio da produção e venda de alimentos fora dos assentamentos. Alguns exemplos incluem a venda de leite, frutas e verduras, café e outros grãos. Isso proporciona às famílias uma renda mensal para se manterem e também investirem em melhorias em suas casas ou em insumos para a produção de alimentos.

Nesse caso, percebemos que, “paralelamente à autossuficiência, o MST tem conseguido encontrar formas de garantir o rendimento monetário necessário para a sobrevivência das famílias camponesas” (Vergara-Camus, 2009, p. 176, livre tradução). Em outros termos, a concepção da terra como o “resultado de uma luta política coletiva” (Vergara-Camus, 2014, p. 173, livre tradução) gera sua valorização para além do seu valor de uso e de troca.

Ademais, exatamente por sua relação alternativa com a terra e pela produção de sua própria subsistência, mas, ao mesmo tempo, em conexão com o mercado, é que o MST é um modelo alternativo imerso no modelo hegemônico.

DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MST

Além do aspecto sobre a terra e da autossuficiência alimentar apresentada na seção anterior, outros elementos definem o MST como modelo alternativo. Para compreender esses elementos é necessário entender a concepção coletiva dos acampamentos e assentamentos, bem como a influência do modo de vida camponês nas políticas públicas ofertadas nesses espaços.

Os **acampamentos** são uma forma de organização espacial temporária, estabelecidos na fase inicial da ocupação de latifúndios improdutivos. Centenas de barracas de lona marcam o início da luta pela terra por parte das famílias (Branford; Rocha, 2004). Embora cada família

ocupe uma barraca individualmente, a vida no acampamento é essencialmente coletiva. As refeições são preparadas em fogueiras ou fogões compartilhados, a administração do acampamento também segue uma abordagem coletiva, com assembleias realizadas pelo menos três vezes ao dia em um galpão central, onde todas as pessoas se reúnem para discutir e decidir questões importantes relacionadas à vida no acampamento (Branford; Rocha, 2004). Sendo assim, a experiência nos acampamentos “é fundamental para a construção da identidade coletiva e para a formação política das famílias participantes do MST” (Vergara-Camus, 2009, p. 181, livre tradução).

Após a conquista do título da terra, “uma comunidade permanente se estabelece: o acampamento transforma-se em assentamento” (Branford; Rocha, 2004, p. 130), onde as famílias têm acesso à terra para cultivo, moradia e outras atividades agrícolas.

Os **assentamentos** são projetados para promover a agricultura familiar, a agroecologia e a autossuficiência das famílias (Branford; Rocha, 2004). Além disso, buscam criar condições para a participação democrática das pessoas na tomada de decisões relacionadas à gestão e organização do assentamento e da produção dos alimentos. É importante ressaltar que cada assentamento possui autonomia para se organizar, embora estejam ligados por princípios gerais que orientam todas as unidades do Movimento em todo o Brasil.

O êxito do movimento deve-se ao desenvolvimento de uma estratégia política extremamente eficaz centrada na mobilização social, ou melhor, no protagonismo das pessoas em unidades territoriais que agora pertencem a elas, encorajando a politização e o empoderamento (Fernandes, 2000; Branford; Rocha, 2004; Vergara-Camus, 2009).

A autonomia do MST se consolida na sua capacidade de decidir como serão ofertadas as políticas públicas nos assentamentos. “Os programas do governo não são implementados de cima para baixo, mas devem ser negociados com cada assentamento” (Vergara-Camus, 2009, p. 184, livre tradução).

As próprias famílias assumem papéis de supervisão e tomam decisões em uma variedade de questões. Isso inclui decisões a respeito da abordagem pedagógica que mais faz sentido em suas realidades, da filosofia de atendimento na área da saúde e do tipo de assistência técnica que mais se adequa aos seus ideais (Leite; Novak; Faustino, 2021; Borges; Marcelites; Finatto, 2020; Borsatto; Carmo, 2014; Sapelli, 2017; Cestille; Lima-Filho, 2010 e outros).

Os assentamentos têm a capacidade de “[...] definir as suas próprias prioridades e determinar as formas de alcançá-las em assembleias e posteriormente negociar com o Estado para implementar programas que atendam aos seus objetivos” (Vergara-Camus, 2009, p. 185, livre tradução; Vergara-Camus, 2014).

O MST é um movimento que ultrapassa as barreiras do campo em si e, em última instância, do Brasil. As famílias camponesas, “através da sua mobilização, do seu trabalho na terra e da sua solidariedade [...] estão produzindo ativamente territórios alternativos que se situam dentro, mas resistem ao território nacional hegemônico” (Fernandes, 2022, p. 1, livre tradução, grifo nosso; Jorge; Machado, 2023).

Desde a sua criação até a sua consolidação como um dos maiores e mais bem estruturados movimentos sociais camponeses do mundo, o MST “não só organizou a luta pela terra, mas também assumiu inúmeras tarefas que vão desde a educação de crianças e adultos até cuidados médicos e a formação de educadores, prestadores de cuidados de saúde, agrônomos e administradores de cooperativas” (Vergara-Camus, 2009, p. 178, livre tradução). O Movimento, em suma, representa “uma alternativa concreta para as famílias pobres do campo e das cidades” (Vergara-Camus, 2009, p. 178-179, livre tradução, grifo nosso).

Nas seções seguintes, aprofundaremos a discussão em três áreas cruciais a partir das quais o MST, influenciando as políticas públicas, constrói uma realidade alinhada com as necessidades e visões das famílias camponesas: a) a proposta agroecológica; b) a centralidade

da educação; e, c) a concepção do trabalho na perspectiva camponesa.

a) A proposta agroecológica

Além do acesso à terra, o MST tem convergido cada vez mais para a integração da produção de alimentos com a Natureza, para o respeito e resgate da agricultura camponesa e para as diretrizes da agroecologia (Caldart, 2024; Borsato; Carmo, 2014; Delgado, 2010, 2008).

Tais ideais se operacionalizaram no IV Congresso Nacional do MST realizado em 2000, onde o Movimento estabeleceu como prioridade a “segurança alimentar da família e assumiu [...] a agroecologia como uma base na qual deveria se erigir a realização da reforma agrária no Brasil” (Borsato; Carmo, 2014, p. 656). E, desde então, o Movimento “tem proporcionado a difusão de conhecimentos sobre conservação da biodiversidade” (Delgado, 2010, p. 562, livre tradução).

Esse processo significa uma virada na atuação do MST, pois a agroecologia não começa a ser reivindicada apenas como “prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente”, mas também como parte de um questionamento político mais amplo envolvendo críticas “às políticas agrícolas massivamente adotadas pelo Estado brasileiro, que fomentam uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para a exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados” (Borsato; Carmo, 2014, p. 656).

A partir disso, os conhecimentos tradicionais das famílias camponesas, antes ignorados, tornaram-se relevantes nessa nova perspectiva, já que “o agricultor [...] passa a ser um sujeito criando a sua própria existência” (Borsato; Carmo, 2014, p. 657). E o mais importante, “são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental” (Borsato; Carmo, 2014, p. 656).

Essa abordagem de produção de alimentos voltada para a agroecologia impulsionou o Estado a promover políticas públicas de incentivo e subsídio à agricultura familiar, à produção cooperativa e às práticas menos agressivas à Natureza (Souza; Carmo, 2016; Costa *et al.* 2015; Canavesi; Moura; Souza, 2016). Como exemplos disso, temos, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Souza; Carmo, 2016).

b) A centralidade da educação

As propostas pedagógicas de vários movimentos sociais ligados à luta pela terra concebem a educação “como um projeto histórico-cultural e político que visa construir a consciência crítica necessária para forjar um ator histórico, com uma práxis educativo-pedagógica voltada para a emancipação humana” (Barbosa, 2017, p. 119, livre tradução).

No Brasil, o processo de “exclusão e expulsão dos camponeses do campo, intensificado pela modernização da agricultura”, teve como consequência a constituição, na década de 1990, do movimento Por Uma Educação do Campo (Borges; Marcelites; Finatto, 2020, p. 285; Rosset *et al.*, 2019), que “impulsionou a organização e a luta [...] por escolas públicas nos assentamentos como parte do projeto de reforma agrária” (Leite; Novak; Faustino, 2021, p. 4). Nesse ponto, vale ressaltar que “o termo Educação do Campo (EdC) tem um duplo sentido crítico, ‘educação do campo’ e ‘educação para campo’” (Barbosa, 2017, p. 119, livre tradução; Caldart, 2008).

Surge então um movimento de resistência à educação padronizada e bancária (Freire, 2019): uma luta por uma educação que levasse em conta os interesses das famílias camponesas

em um processo educativo que estivesse imerso em sua identidade e cultura (Borges; Marcelites; Finatto, 2020; Barbosa, 2017).

Embora a conquista da terra fosse inicialmente prioritária, uma compreensão gradual emergiu, indicando que esse objetivo, por si só, não era suficiente. A percepção de que a busca pela educação deveria ser integrada à luta pela terra sublinha a complexidade e a abrangência dos objetivos do MST, destacando a importância do acesso à educação como um elemento fundamental no processo de autonomia das pessoas camponesas (Leite; Novak; Faustino, 2021).

Em razão disso, atualmente a educação no âmbito do MST está fundada em princípios pedagógicos que buscam promover a compreensão crítica da realidade social, econômica e política, além orientar o ensino a partir da realidade das pessoas que estão em processo de aprendizagem.

O processo educacional do Movimento envolve toda a comunidade em uma constante construção sobre o que é a educação, seu significado e como ela se insere no desenvolvimento do modo de vida coletivo. “O corpo diretivo da escola é composto por uma série de comitês nos quais os alunos têm tanta representação quanto professores e pais” (Vergara-Camus, 2009, p. 185, livre tradução).

Há quatro aspectos fundamentais na educação no MST (Stival, 2022; Borges; Marcelites; Finatto, 2020; Ribeiro, 2008; Barbosa, 2017):

- **Pedagogia da Alternância:** período na escola, período na comunidade - integração teoria e prática se estende à toda a comunidade;
- **Participação comunitária:** processo educacional vinculado à participação ativa da comunidade, onde as decisões educacionais são tomadas coletivamente e a educação é vista como um meio para fortalecer o coletivo;
- **Ênfase na agroecologia:** a educação inclui componentes relacionados à agroecologia e ao ensino de práticas agrícolas que são ecologicamente sustentáveis e socialmente justas;
- **Educação contextualizada:** processo educacional múltiplo, organizado de acordo com cada região, considerando seus costumes e suas cosmovisões.

Os elementos mencionados acima desempenham um papel fundamental no contexto do MST, uma vez que o movimento busca “construir um projeto educativo que reconheça as especificidades da vida e do trabalho no campo” (Borges; Marcelites; Finatto, 2020, p. 284). Além disso, “esse projeto educativo implica reconhecer as contradições do espaço agrário brasileiro, os interesses em disputa e as alternativas que podem ser elaboradas para a valorização e a permanência dos sujeitos que vivem no campo” (Borges; Marcelites; Finatto, 2020, p. 285).

O ponto chave para compreender a concepção pedagógica no âmbito do MST é visualizar o *continuum* entre educação, trabalho e vida em comunidade. Isso significa rebater a ideia de que educação é escola (Barbosa, 2017). Educação, nessa concepção, é o processo de formação humana de maneira integral, levando em conta a realidade em que a pessoa está inserida, seus saberes e suas potencialidades.

Apresentamos nos próximos parágrafos três projetos educativos específicos do MST que contribuem para esta discussão: a Escola Itinerante (Leite; Novak; Faustino, 2021), os Ciclos de Formação Humana nas escolas itinerantes do Paraná (Sapelli, 2017) e a Educação Popular em Saúde (EPS) (Zanatta, 2016).

A Escola Itinerante, no contexto estudado por Leite, Novak e Faustino (2021), emerge como uma expressão da possibilidade de edificação de uma educação contra-hegemônica.

Funcionando como uma resposta dinâmica às aspirações educativas das famílias trabalhadoras sem-terra, a perspectiva pedagógica presente nas Escolas Itinerantes se configura como um espaço que transcende as dicotomias sociais vigentes, considerando a pessoa estudante como um ser complexo em uma sociedade complexa e cheia de contradições (Leite; Novak; Faustino, 2021).

Nessa mesma linha, Sapelli (2017) aborda o processo de formulação da proposta dos Ciclos de Formação Humana e a posterior incorporação dos Complexos de Estudo nas escolas itinerantes do Paraná. A autora destaca que esse processo provocou um movimento na escolha de vários elementos que alteram sua forma e seu conteúdo (Sapelli, 2017). Isto é, “a proposta educacional do MST/PR expressa o acúmulo que o Movimento realizou no processo de construção da mesma e um avanço importante da teoria pedagógica” (Sapelli, 2017, p. 625). Os elementos foram alterados para a seguinte forma:

- organização do trabalho pedagógico a partir da vida e, em decorrência dela, das matrizes de trabalho, da luta social, organização coletiva, história e cultura;
- práticas de auto-organização dos estudantes;
- concepção de educação como processo de formação humana;
- acesso ao conhecimento de forma crítica;
- planejamento coletivo e alteração dos processos de gestão escolar com a ampliação da participação (Sapelli, 2017, p. 625).

Também nessa linha, Zanatta (2016) aponta em seu estudo que o referencial metodológico do projeto estudado por ele, Educação Popular em Saúde (EPS), baseado na pedagogia de Paulo Freire, “proporciona maior adequação das ações, ao incluir a participação social e as dimensões sociais, históricas e culturais das pessoas” (Zanatta, 2016, p. 247), levando em conta seu cotidiano, seu trabalho e sua relação com as pessoas do assentamento em que se encontram.

A proposta de educação do MST, elemento indissociável de sua luta pela terra, se contrapõe ao processo educacional homogeneizador e, por consequência, exclusório, predominante no contexto de ensino formal no Brasil (Barbosa, 2017).

Embora existam muitas dificuldades na operacionalização do projeto de educação proposto pelo MST, como, por exemplo, a proposta agroecológica (Borges; Marcelites; Finatto, 2020), seus projetos e programas têm avançado nessa discussão (Borges; Marcelites; Finatto, 2020; Barbosa, 2017; Knijnik; Wanderer, 2010, p. 359; Knijnik; Wanderer, 2015 e outros).

c) A concepção do trabalho na perspectiva camponesa

Assim como a concepção de educação, a concepção de trabalho também é outra no âmbito do MST. Trabalho não é o que se troca por salário. Trabalho são todas as atividades que melhoram a condição de vida de uma pessoa ou de um grupo, sendo parte indissociável dela. É tudo o que é transformado por meio de sua ação e que traz melhorias e bem-estar.

No contexto do MST, a interligação entre as atividades laborais e os processos educativos transcendem a mera coexistência, formando um alicerce fundamental na busca pela autonomia, formação crítica e empoderamento das famílias camponesas.

O Movimento entende que a educação permeia as práticas diárias camponesas nos assentamentos (Tolomeotti; Sachs, 2023; Leite; Novak; Faustino, 2021; Sapelli, 2017). A integração de princípios educativos no cotidiano de trabalho e de vivência visa não apenas o

desenvolvimento técnico e administrativo, mas também a construção de uma consciência política e social sólida (Sapelli, 2017; Zanatta, 2016; Cestille; Lima-Filho, 2010).

Nesse contexto, a produção de alimentos de forma coletiva se estabelece em espaços onde a conexão entre trabalho e educação se fortalece. Além disso, proporciona em conjunto não apenas meios de subsistência, mas se configuram como locais de aprendizado contínuo, promovendo a formação técnica, administrativa e política das pessoas sem-terra (Cestille; Lima-Filho, 2010). Nesse sentido, o MST “considera necessário que o princípio educativo do trabalho não seja apenas uma metodologia a ser desenvolvida, mas uma prática a ser vivida” (Cestille; Lima-Filho, 2010, p. 345, livre tradução).

A concepção de trabalho dentro do MST contrasta com o paradigma do trabalho no mercado. O processo de ocupação e assentamento, por exemplo, não é apenas uma busca pela subsistência pessoal, mas uma reivindicação coletiva pelo acesso à terra (Eid; Pimentel, 2001; Mansfield, 2005; Diniz; Gilbert, 2013; Santos; Hennington, 2013).

A promoção de valores como solidariedade e cooperação reflete a visão do Movimento sobre a importância de se construir uma sociedade mais comunal, em contraposição aos princípios individualistas do sistema de mercados (Santos; Hennington, 2013). “Os assentados tendem a diferenciar o caráter mais autônomo do trabalho no assentamento, ‘trabalhar para si’, em oposição ao trabalho assalariado em fazendas do entorno do assentamento ou na cidade, ‘trabalhar para o outro’” (Santos; Hennington, 2013, p. 1598).

Dessa forma, o MST passa a representar uma alternativa tangível ao trabalho do mercado e das relações individualistas de trabalho no âmbito privado. Ao ocupar a terra e formar comunidades agrícolas autônomas, o Movimento “alcança a supremacia do trabalho sobre o capital” (Diniz; Gilbert, 2013, p. 31, livre tradução). Ele propõe, na prática, que o trabalho seja considerado parte integrante não só da sobrevivência, mas também da realização pessoal e social.

Além disso, “a maioria dos assentamentos do MST são organizados de acordo com uma estrutura de habitação comunal [...] aumentando o senso de comunidade e identidade coletiva” (Diniz; Gilbert, 2013, p. 28, livre tradução). Na verdade, a família camponesa brasileira “já é em si uma espécie de coletivo, com os seus próprios padrões distintivos de divisão do trabalho e propriedade comum” (Diniz; Gilbert, 2013, p. 25, livre tradução).

Entretanto, é importante ressaltar que nem tudo são flores. Há muitos desafios nessa forma de organização para além de ser uma proposta que contrasta com uma hegemonia de mercado. Muitos outros conflitos e dificuldades estão presentes nos assentamentos do MST, como as tentativas de hierarquização por parte de algumas diretorias ou “divergências sobre o grau e a forma de cooperação” (Diniz; Gilbert, 2013, p. 31, livre tradução) etc. Outro desafio é que “muitas vezes é difícil gerar renda suficiente” (Diniz; Gilbert, 2013, p. 31, livre tradução), o que desincentiva, por exemplo, os jovens a permanecerem nos assentamentos etc.

Apesar dos conflitos e desafios, entretanto, o Movimento tem promovido e efetivado um bom exemplo de democracia local por meio da sua pressão e influência no contexto brasileiro, resultando na inclusão dos interesses das famílias camponesas nas políticas públicas implementadas nos assentamentos (Savirani; Wardhani, 2022).

Enfim, observamos que a intrincada relação entre trabalho e educação no MST não apenas evidencia a importância da formação contínua para o desenvolvimento integral das pessoas trabalhadoras rurais e das famílias camponesas, mas também ressalta a relevância desses princípios na construção de uma proposta educativa que faça sentido no cotidiano dessas pessoas, apesar dos muitos desafios. Essa conexão não se limita às fronteiras dos assentamentos, mas serve como um exemplo para repensar a interação entre trabalho e educação na sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, destacamos a relevância do MST como uma experiência alternativa inserida no modelo hegemônico. Ao explorar as bases do MST, como a centralidade da educação, a ênfase na agroecologia e a relação intrínseca entre trabalho e educação, identificamos a capacidade do Movimento em criar uma sociedade alternativa, com valores alinhados ao sentido de comunidade, identidade e solidariedade dentro da estrutura dominante.

O MST se destaca como uma experiência democrática local, organizada territorialmente e conectada nacionalmente. Sua concepção de educação vinculada ao trabalho não apenas molda as políticas públicas, mas também influencia as mudanças sociais nos acampamentos e assentamentos. Ao negociar diretamente com o governo, o MST demonstra autonomia na definição de prioridades e na implementação de programas que atendam aos objetivos e necessidades das comunidades.

Além disso, ao promover valores como solidariedade e cooperação, o MST propõe uma visão comunal da sociedade, contrastando com os princípios individualistas do sistema de mercados. Portanto, ao considerarmos o MST como um movimento socioterritorial e a terra como um direito de subsistência, não como mercadoria, reconhecemos sua contribuição para a construção de um modelo alternativo de uso da terra, de bem-estar e de produção integrada à Natureza.

A influência do MST nas políticas públicas, alinhada às necessidades e valores das famílias camponesas, bem como a gestão coletiva e horizontal dos acampamentos e assentamentos, exemplifica a democracia local que resulta na inclusão dos interesses das famílias nas políticas públicas. Esse tema é ainda pouco discutido na literatura, com destaque para autores como Vergara-Camus (2014) e Branford e Rocha (2004).

Este estudo contribui para a literatura ao fornecer uma análise sobre como o MST atua como um agente de mudança social e política. Ao demonstrar a capacidade do Movimento de influenciar as políticas públicas por meio de uma organização autônoma e horizontal, o artigo amplia o entendimento sobre a atuação dos movimentos sociais na promoção de políticas inclusivas e democráticas. Além disso, ao abordar a desmercantilização alimentar e a soberania alimentar promovidas pelo MST, este trabalho oferece algumas percepções cruciais sobre alternativas sustentáveis ao modelo econômico vigente.

Como parte de uma pesquisa mais ampla ainda em andamento, apontamos que futuras investigações irão incluir dados primários a fim de aprofundar a análise das discussões apresentadas. Pretendemos explorar mais detalhadamente a interação do MST com outros atores sociais e governamentais, bem como o impacto de suas práticas em diferentes contextos regionais e locais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lia Pinheiro. Education for and by the countryside as a political project in the context of the struggle for land in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 1, p. 118-143, 2017.

BORGES, Marizete; MARCELITES, Elder José; FINATTO, Roberto Antônio. Interfaces entre a Educação do Campo e a Agroecologia em áreas de assentamentos rurais no estado do Paraná. **Ateliê Geográfico**, v. 14, n. 1, p. 283-304, 2020.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 645-660, 2013.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca: a história do MST**. Casa Amarela, 2004, 398 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República, [2024].

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 67-86.

CALDART, Roseli Salette. **Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida!** Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arq/files/GEFHEMP/01_-_Escolas_do_Campo_e_Agroecologia.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

CESTILLE, Jovana Aparecida et al. Educación profesional del Campo: una construcción conceptual, política e ideológica. **Revista complutense de educación**, 2010.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista; SOUZA, Monique; MULLER-JUNIOR Vilmar; COMIN, Jucinei José; LOTAVO, Paulo Emílio. **Agroecologia no Brasil–1970 a 2015**. **Agroecología**, v. 10, n. 2, p. 63-75, 2015.

DELGADO, Ana. Activist trust: The diffusion of green expertise in a Brazilian landscape. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 5, p. 562-577, 2010.

DELGADO, Ana. Opening up for participation in agro-biodiversity conservation: The expert-lay interplay in a Brazilian social movement. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 21, p. 559-577, 2008.

DINIZ, Aldiva Sales; GILBERT, Bruce. Socialist values and cooperation in Brazil's landless rural workers' movement. **Latin American Perspectives**, v. 40, n. 4, p. 19-34, 2013.

EID, Farid; PIMENTEL, Andrea Eloisa Bueno. Solidary economy: challenges of cooperative agrarian reform in Brazil. **Journal of Rural Cooperation**, v. 29, n. 2, p. 141-152, 2001

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra livre**, n. 19, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 2, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – mst(1979-1999)”. **Tese de doutorado em Geografia**, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos

socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista Nera**, v. 6, 2005, p. 24-34.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território, 2008. *In*: **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: [s.n], 2013, v.1-2.

FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Land and Food: The New Struggles of the Landless Workers Movement (MST). *In*: **Brazilian Geography: In Theory and in the Streets**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2022. p. 279-296.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, 107 p.

JORGE, Aline Jorge; MACHADO, Angela dos Santos. Os movimentos socioterritoriais e a luta contra a fome durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 32, n. 2, p. 437-455, 2023.

KARRIEM, Abdurazack. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: A Gramscian analysis. **Geoforum**, v. 40, n. 3, p. 316-325, 2009.

KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda. Mathematics Education in Brazilian Rural Areas: An analysis of the Escola Ativa public policy and the Landless Movement Pedagogy. **Open Review of Educational Research**, v. 2, n. 1, p. 143-154, 2015.

KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda. Mathematics education and differential inclusion: A study about two Brazilian time-space forms of life. **ZDM**, v. 42, p. 349-360, 2010. WOLFORD, Wendy. Participatory democracy by default: Land reform, social movements and the state in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 91-109, 2010.

LEITE, Valter de Jesus; NOVAK, Maria Simone Jacomini; FAUSTINO, Rosangela Célia. The cycles of human development with study complexes of the Itinerant School of Paraná. **Acta Scientiarum. Education**, v. 43, 2021.

MANSFIELD, Faith. Discipline, internal motivations, and cooperation in a rural production cooperative. **Environments**, v. 33, n. 1, p. 61, 2005.

MOURA, Iracema Ferreira de; SOUZA, Cláudia de; CANAVESI, Flaviane. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional - UNICAMP**, v. 23, p. 1019-1030, 2016.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, v. 34, p. 27-45, 2008.

ROSSET, Peter; VAL, Valentín; BARBOSA, Lia Pinheiro; MCCUNE, Nils. Agroecology and La Via Campesina II. Peasant agroecology schools and the formation of a sociohistorical and

political subject. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7-8, p. 895-914, 2019.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Human formation cycles with study complexes, in itinerant schools of Paraná. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 611-629, 2017.

SANTOS, Júlio César Borges dos; HENNINGTON, Elida Azevedo. Nobody gives orders here: the meanings of work and health for settlers from the Landless Rural Workers' Movement. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, p. 1595-1604, 2013.

SAVIRANI, Amalinda; WARDHANI, Indah Surya. Local social movements and local democracy: tin and gold mining in Indonesia. **South East Asia Research**, v. 30, n. 4, p. 489-505, 2022.

SOUZA, André Luiz; CARMO, Maristela Simões do. Produção agroecológica e políticas públicas no assentamento Loiva Lourdes-Borebi-SP. **Alamedas**, v. 4, n. 1, 2016.

STIVAL, David. **A educação do campo e o MST: trabalho e práticas sociais com assentados da reforma agrária**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2022.

TOLOMEOTTI, Lucas Gabriel dos Santos et al. Uma abordagem marxista de Educação Financeira em uma escola do campo. **Prometeica-Revista de Filosofia y Ciencias**, n. 27, p. 274-284, 2023.

VERGARA-CAMUS, Leandro. The politics of the MST: autonomous rural communities, the state, and electoral politics. **Latin American Perspectives**, v. 36, n. 4, p. 178-191, 2009.

VERGARA-CAMUS, Leandro. **Land and freedom: The MST, the Zapatistas and peasant alternatives to neoliberalism**. Bloomsbury Publishing, 2014.

WILKINSON, John; REYDON, Bastiaan; DI SABBATO, Alberto. Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 33, n. 4, p. 417-438, 2012.

ZANATTA, Luiz Fabiano. Sex education through popular education for health in a Brazilian rural social movement. **Gaceta Sanitaria**, v. 31, n. 3, p. 246-249, 2016.